

# Os (des)caminhos da mudança social no Brasil:

## A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende\*

**Resumo:** As ações das principais forças sociais dirigentes presentes na arena política desde meados do século XIX foram sistematizadas por Manoel Bomfim em suas principais obras. Ele partia do pressuposto de que o mapeamento detalhado da atuação dos setores que constituíam o grupo no poder trazia à tona a obstinação dos dirigentes em não implementar processos de mudanças substanciais tanto no século XIX quanto a partir de 1889. Ele assinalava que, em sua essência, esta forma de governar - a iniciada a partir da independência - ganhou todos os seus contornos no governo de Pedro II. Depois de meados do século XIX ocorreu, então, o enraizamento de uma tradição conservadora que floresceu, potencialmente, durante a república.

**Palavras-chave:** política brasileira, tradição conservadora, ação, mudança social, império, república.

### Introdução

Manoel Bomfim, em *O Brasil nação*, elaborou uma ampla discussão sobre a atuação das principais forças políticas no Brasil a partir da independência. Ele constatava que, apesar de pouco mencionado, havia-se desenvolvido no país, após 1822, um significativo movimento em prol da nacionalidade brasileira em oposição às pretensões do bragantismo.

As ações dos deputados defensores da Constituinte de 1823 e os movimentos que se opunham tanto à dissolução desta última quanto à outorga da Constituinte de 1824 (como, por exemplo, a

\*Doutora em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professora de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Confederação do Equador) demonstravam que havia um espírito nacional brasileiro em formação, cujo substrato era a preocupação com o bem comum, ou seja, com a nação<sup>1</sup>, segundo ele.

Ocorreram todos os tipos de combates e repressões, por parte do imperador Pedro I e de seus agentes, às reivindicações que iam no sentido da democracia, da república e do federalismo. Nesse processo, ficava evidente que vinham amadurecendo no país projetos políticos voltados ao interesse nacional. Havia, então, propostas distintas daquelas em andamento e defendidas pelos lusitanistas após a independência.

A efetivação de projetos fundados na busca de realização dos interesses nacionais, pensados como interesses coletivos, poderia ter guinado o país rumo à implementação de instituições políticas democráticas. Manoel Bomfim indagava: por que isso não ocorreu? Em seu entendimento, os embates havidos nos anos 20 e 30 do século XIX não conduziram o país a outros caminhos, a partir da década de 1840, devido à forma de atuação, na arena política, dos setores preponderantes.

Os vícios político-administrativos que se instalaram no país não eram, assinalava Bomfim, de responsabilidade exclusiva dos dirigentes que defendiam o Estado bragantista. Os moderados, que eram uma oposição amena, e mesmo os denominados republicano-democratas, considerados radicais para a época, tinham contribuído para a cristalização de uma tradição conservadora que conseguiu neutralizar toda mudança social que despontava num horizonte perto e/ou distante.

Os desdobramentos políticos, após a instalação de Pedro II no governo, foram decisivos na implementação e sedimentação de uma tradição política fundada em vícios de todas as espécies. Corrupção, interesses pessoais, embustes e mentiras deram a tônica ao segundo reinado e se constituiu no pano de fundo sob o qual se fundou a república no país (BOMFIM, 1931a).

Por que as ações políticas oposicionistas que floresceram a partir da independência não conseguiram rumar o desenvolvimento político brasileiro para um sentido distinto daquele que se foi estabelecendo no decorrer do século XIX? Os defensores dos interesses nacionais e, portanto, dos interesses coletivos erraram em

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

---

<sup>1</sup>Sobre a preocupação de Bomfim em valorizar as ações políticas favoráveis à elaboração de um projeto nacional em vista do bem comum e não dos interesses pessoais, ver NUNES, 1997; RIBEIRO, 1993; CÂNDIDO, 1990; ALVES FILHO, 1979.

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

<sup>2</sup> O movimento de 1817 se desenvolveu em Pernambuco e tinha como objetivo organizar um governo republicano. "Os principais revolucionários elegeram uma junta governativa provisória, composta de cinco membros: Domingos J. Martins, representando o comércio; Domingos Teotônio Jorge, o exército; o padre João Ribeiro, o clero; Manuel Correia de Araújo, a agricultura; e José Luis de Mendonça, a justiça" (SOUTO MAIOR, 2000:167).

<sup>3</sup> Um movimento oposicionista que teve grande significado nacional foi, para Manoel Bomfim, a insurreição pernambucana de 1824, a qual ficou conhecida como Confederação do Equador e tinha um caráter republicano e separatista que ficou expresso no descontentamento com a dissolução da constituinte de 1823 e, também, com a constituição outorgada em 1824.

<sup>4</sup> O movimento de 1835 ficou conhecido como a Cabanagem e pode ser sintetizado como um levante dos negros, mestiços e índios no Pará. Era uma luta contra a elite e a ordem social por ela estabelecida.

<sup>5</sup> A guerra dos Farrapos, em 1836, proclamava a república no Rio Grande do Sul.

<sup>6</sup> Em 1837, na Bahia, ocorreu a Sabinada, cujo objetivo principal era transformar aquela província em uma república independente.

<sup>7</sup> Em 1838, no Maranhão, ocorreu um levante contra a ordem social

quê? De que modo sucumbiram os seus radicalismos e as suas pressuposições em torno das mudanças substanciais? Como foi possível que a política do segundo reinado se cristalizasse em termos tão decadentes e abjetos?

Segundo Manoel Bomfim, essas perguntas poderiam ser respondidas com uma análise que apreendesse todos os significados e os sentidos das ações daqueles que constituíam o grupo no poder a partir de 1822. Era preciso abarcar, então, tanto as atuações dos situacionistas quanto as dos oposicionistas. Uma reflexão feita nesses termos elucidaria que "transigir, dissimular, abjurar, desprezar princípios, sacrificar a pátria por motivos pessoais" (BOMFIM, 1931: 142) tornaram-se a essência da política brasileira.

Havia, afirmava ele, um espírito brasileiro que tinha feito as revoluções de 1817<sup>2</sup>, 1824<sup>3</sup>, 1835<sup>4</sup>, 1836<sup>5</sup>, 1837<sup>6</sup> e 1838<sup>7</sup> (BOMFIM, 1997; 1993). No entanto, este teria sido continuamente reprimido e/ou desestimulado pelo espírito do Estado português que venceu aquele primeiro. A maneira de solucionar a crise de 1831, por exemplo, "a qual foi degradada na revolução palaciana, foi um atentado contra a democracia" (BOMFIM, 1931: 142).

Para Bomfim, o modo como os moderados agiram, em 1831, minando uma solução mais radical para os impasses criados pelo governo de Pedro I, constituiu o pano de fundo para que as soluções políticas fossem negociadas pelo alto. Foi desconsiderado, então, todo movimento não-palaciano que reivindicava a criação de uma ordem política fundada em interesses nacionais e democráticos.

Em *O Brasil nação*, Bomfim argumentava que para compreender o fracasso do espírito brasileiro – expresso nos movimentos não-palacianos – era necessário aplicar aos acontecimentos sociais os princípios da sociologia que versavam sobre o discernimento entre nação e individualidade social. Para ele, o país estava na segunda situação e não na primeira.

A condição de individualidade social não impedia, porém, a sobrevivência, na década de 1830 e nas subseqüentes, de um espírito nacional que se opunha ao lusitanismo. Mediante tais condições, o Estado bragantista desfechou diversos atentados conservadores não exatamente à nação, uma vez que esta não existia, mas ao espírito desta. O espírito brasileiro foi decisivo na suspensão do primeiro

reinado, o que demonstrava que o desejo de constituição de uma nação autônoma não foi completamente liquidado com as manobras regenciais.

Os movimentos em prol da constituição da nação expressavam, então, este espírito brasileiro que – por ser ainda frágil – não conseguiu resistir nem à ação conservadora dos bragantistas nem ao assédio dos moderados. Nesse último caso, pode-se afirmar, segundo Bomfim, que os exaltados, os quais eram republicanos e democratas, portanto, defensores dos interesses nacionais em contraposição aos lusitanistas, enterraram as possibilidades de o país avançar politicamente rumo ao fortalecimento da nacionalidade quando se aliaram aos moderados.

A união dos moderados e dos exaltados em torno de uma solução conciliadora para a crise política de 1831 levou a destruição das possibilidades de mudanças substancialmente favoráveis aos interesses nacionais.

*Os efeitos da moderação foram mais do que o malogro de uma revolução: valeram como o desastre definitivo, no refazer de uma política nacional e democrática.<sup>8</sup> (...) Se a nova revolução se anula na covardia interesseira e sensata dos moderados, o país terá esgotado as energias de renovação (BOMFIM, 1931: 146).*

Abortava-se, assim, por meio de uma política conciliadora, a possibilidade de florescimento de ações que apontassem no sentido da transformação reordenadora da vida social. Ao transigir, ao negociar e ao conciliar com os moderados, os exaltados sucumbem à pressão daqueles primeiros e lançam por terra os planos de construção de uma nacionalidade expressa em termos de busca de realização dos interesses coletivos.

O equívoco dos moderados<sup>9</sup> foi de certa forma endossado pelos exaltados,<sup>10</sup> à medida que passava a prevalecer a suposição de que tudo se resolveria com a deposição de Pedro I. Aqueles segundos, contribuíram, assim, com a redução do movimento “a uma simples crise de ministério”, afirmava Manoel Bomfim. Desse modo, a mudança não subverteu o processo em curso, mas

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

---

estabelecida. Ficou denominado de Balaiada e durou até 1841. Líderes de negros libertos eram os condutores deste movimento.

<sup>8</sup> Ficava evidente que Manoel Bomfim tinha aversão ao positivismo, porque este “apoiava-se, sobretudo, em ‘fórmulas políticas de paupérrimo despotismo, formalmente contrárias aos lineamentos da evolução humana’, que, segundo ele, tendiam à democracia” (AGUIAR, 2000: 143).

<sup>9</sup> Naquele momento, um dos mais expressivos representantes dos moderados era Bernardo Pereira de Vasconcelos, o qual “foi o grande artífice do Ato Institucional que modificou substancialmente a Constituição outorgada por Dom Pedro I, em 1824. Modificou-a, com o Ato de 1834, no sentido liberal, impregnado-a do federalismo tão desejado pelos liberais da Independência, abolindo o Conselho de Estado e estabelecendo eleições populares para a escolha do chefe do governo. Voltaria a modificá-la, em sentido contrário, quatro anos depois, quando o político liberal que Vasconcelos fora já estava totalmente metamorfoseado pelo Regresso, movimento criado por ele e que deu origem ao Partido Conservador” (LUSTOSA, 2001: 5).

<sup>10</sup> Dentre os exaltados estavam: Castro Alvares, Paes de Andrade, Borges da Fonseca, Frias de Vasconcellos, dentre outros.

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim  
Maria José de Rezende

reafirmava-o. Em vez de as alterações serem feitas, em 1831, no sentido das aspirações nacionalistas dos exaltados, as quais se fundavam no ideário republicano e democrático, elas foram viabilizadas pela contenção e pela anulação de qualquer possibilidade de modificar os rumos do processo social e político.

Para Manoel Bomfim, os exaltados não compreenderam, por incapacidade política, o real significado de aliar-se aos moderados. A atuação destes últimos pregando a contenção, a legalidade, a paciência e a manutenção da ordem fortalecia os pilares de um ambiente político dominado pela recusa dos setores dirigentes em redefinir os rumos da organização social brasileira.

Nessas condições, afirmava Bomfim, ocorria o esmaecimento do espírito revolucionário. Os efeitos disso para os anos subseqüentes poderiam ser visualizados no modo de condução do processo político a partir de 1840.

*Os moderados não deram satisfação aos reclamos da nação; a derrota e o esmagamento dos exaltados reverteu em vitória para o sacrifício da democracia brasileira, foi, ao mesmo tempo, o definitivo aviltamento da atividade parlamentar, convertida em suja politicagem (BOMFIM, 1931: 159).*

Cristalizava-se, assim, aquilo que se eternizará na política brasileira: a insistência da oposição moderada de que todas as mudanças deveriam ser realizadas dentro de limites previamente definidos por ela. A excessiva preocupação em circunscrever as ações no âmbito do que pudesse ser controlado pela ordem social instituída demonstrava, segundo Manoel Bomfim, que as classes dirigentes (situação e oposição) eram instintivamente conservadoras. Os exaltados, na década de 1830, ao sucumbir aos moderados não exerciam na prática a sua radicalidade, porquanto esta demandaria o rompimento com o processo político posto nesses termos. A conciliação entre a oposição exaltada (democrática e republicana) com a moderada (consentida) era exemplo disso.

Sua análise em *O Brasil nação* e em *O Brasil na história* acerca deste conservantismo instintivo que foi a pedra de toque da

degradação do país reafirmava as teses levantadas na obra *A América Latina: males de origem*, de 1905. Nesta última, ele mostra como a colonização implementa um conservadorismo que

*[...] se torna uma tradição, forma um passado, que plasma o presente como herança funesta, porque implanta automatismos, hábitos, modos de ser dos quais não temos consciência, mas segundo os quais agimos. Nesta herança colonial, o traço mais funesto é “um conservantismo, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente – um conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual” (CÂNDIDO, 1990: 13).*

## 1. As ações dirigentes revelando arcaísmo político e incapacidade democrática

Manoel Bomfim destacava que a política do segundo império tinha como característica básica o aspecto furta-cor. Ou seja, o oportunismo era a marca indelével de um processo fundado tanto na ausência de partidos com convicções definidas acerca dos princípios orientadores de suas práticas políticas quanto na fragilidade do sistema representativo. A supremacia do poder pessoal dos marqueses e de seus aliados combinava perfeitamente com a atuação dos liberais, que estava sempre voltada para a conformação de seus propósitos às exigências circunstanciais.

A oposição do partido liberal às ações do partido conservador era tênue à medida que “os programas diziam uma coisa, e a realidade lhes dava outra coisa” (BOMFIM, 1931: 240). Na questão da escravidão, afirmava ele, a maioria dos liberais “eram tão escravocratas quanto os conservadores”<sup>11</sup> (BOMFIM, 1931: 240). A prática social e individual da maioria dos membros dos dois partidos era de extrema semelhança. Esta estava marcada por quatro traços básicos: condescendência, servilismo, abjuração e conciliação.

Não se deve supor, no entanto, segundo Manoel Bomfim, que não existiam entre os conservadores e os liberais combates a

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

---

<sup>11</sup> Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, por exemplo, se diferenciavam, de fato, dos conservadores na questão da escravidão, o que não ocorria com a maioria dos líderes do partido liberal.

essas práticas. Algumas vozes isoladas, mas de grande peso político, voltavam-se contra elas. O líder liberal Tavares Bastos (1839-1875) criticava o modo de condução do processo político no império, visto que este alimentava uma centralização autoritária herdada da metrópole (VIANNA, 1997: 138; FAORO, 1989: 448; REZENDE, 1998: 171). O líder liberal afirmava: “os que desejam a eternidade para as constituições e o progresso lento para os povos, os que são indulgentes, moderados e conciliadores, escusam folhear” (TAVARES BASTOS, 1937: 11) o livro *A província*, obra editada em 1870 e que sintetizava as suas críticas à política vigente na segunda metade do século XIX.

Manoel Bomfim destacava também o conservador, escravocrata e monarquista José de Alencar (1829-1877),<sup>12</sup> que se levantava no parlamento combatendo não a conciliação de modo geral, mas sim o caráter que ela assumiu no país no século XIX. Em nome daquela prática, segundo Alencar, eram estabelecidos todos os desatinos políticos.

*A conciliação, idéia insinuante, que, sob pretexto de aplacar os rancores da luta, coava no seio dos partidos o filtro da corrupção. [...] A dissolução geral dos partidos, a dissolução dos princípios que nutriam a vida pública do Brasil é o que se convencionou chamar de conciliação, termo honesto e decente para qualificar a prostituição política (ALENCAR apud BOMFIM, 1931: 243).*

Os vícios reinantes na maioria das ações dos dirigentes não impediam, porém, que florescessem em alguns representantes, tanto do conservadorismo quanto do liberalismo, oposições à supremacia dos interesses pessoais e à ausência de princípios. M. Bomfim procurava demonstrar que a esfera política não era constituída somente por ações estéreis e por homens incapazes de estabelecer qualquer crítica ao processo social em curso.

Alguns políticos esclarecidos dos partidos liberal e conservador, ao perceberem no calor dos acontecimentos que a política nacional estava sendo moldada por uma prática conciliadora destrutiva do espírito público, voltavam-se contra a desmedida conciliação em curso na expectativa de reverter as práticas fundadas no servilismo que se cristalizavam desde a independência.

---

<sup>12</sup> José de Alencar era bacharel em direito, escritor e um importante político de sua época. Em 1861 se elegeu deputado federal. Em 1868 foi ministro da Justiça (Gabinete Itaboraí).

Era visível, nesse aspecto, uma influência de Tavares Bastos sobre as reflexões de Manoel Bomfim, sendo que a conciliação em voga na segunda metade do século XIX é tida, por ambos, como a responsável por um pessimismo “que condena(va) o presente sem confiança no futuro” (BOMFIM, 1931: 244) e por uma “indiferença (que) mata(va) o vigor do espírito”<sup>13</sup> (TAVARES BASTOS, 1937: 37).

O contínuo jogo da conciliação sedimentava a descrença em toda e qualquer ação política, visto que todas elas pareciam convergir para dois fins somente: a realização dos interesses pessoais de alguns grupos no poder e a circunscrição das mudanças a uma ininterrupta luta entre os setores preponderantes. “De 1841 ao fim do Império, muitas dezenas de ministérios se demitiram, dezenas de situações políticas se renovaram, sem que, nem uma vez, tal mudança se fizesse por manifestação da nação” (BOMFIM, 1931: 248).

José de Alencar afirmava que a nação valia muito pouco “no jogo de xadrez da política nacional” (ALENCAR apud BOMFIM, 1931: 256). A base de um sistema partidário que se alastrou para dentro da república foi constituída a partir deste processo em que a nação tinha cada vez menos importância. Os partidos não se fortaleciam em razão de suas ações, de seus programas e dos embates travados na arena política – visando encontrar os caminhos mais adequados para a realização dos interesses nacionais –, mas com a influência que conseguiam obter aproximando-se do governo. Bomfim dizia que este último é que imprimia aos partidos maior ou menor relevância no cenário político.

Durante o segundo reinado, o comprometimento do futuro político já estava plenamente delineado à medida que os vícios se faziam presentes nos homens e nas instituições. O legislativo e o executivo, por exemplo, chancelavam o absolutismo da Coroa e abriam um terreno fértil por onde fluíam todos os tipos de ações bloqueadoras dos caminhos que poderiam levar ao progresso político e social.<sup>14</sup> O modo de operação da política que se cristalizou na segunda metade do século XIX implodiu dia a dia a emergência de uma sociedade democrática. “Não houve valor de virtudes próprias à alma brasileira, nem aspirações democráticas e sãs que pudessem vencer as misérias vivaces em que se emaranhou a política nacional” (BOMFIM, 1931: 260).

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

---

<sup>13</sup> Para Tavares Bastos “é o poder quem corrompe, quem impede o indivíduo de se elevar à cidadania, como é ele quem, através de suas ações, inibe a iniciativa e enfraquece o espírito público” (VIANNA, 1997: 139).

<sup>14</sup> “A história destaca os nomes dos grandes corruptores-corrompidos, criadores da escola política em que se exaltou o segundo reinado. Araújo Lima, Calmon, Hermeto, Vasconcellos, Alves Branco, Costa Carvalho. Valem mais, no rebaixamento da vida pública do Brasil, do que mesmo Villela Barbosa ou José Clemente que tiveram a relativa honestidade de serem sempre iguais a si mesmos, como instrumentos do primeiro e essencial bragantismo” (BOMFIM, 1931: 260-1).



Bomfim não partia do pressuposto de que só havia corrupção e degradação nas ações políticas do segundo reinado. Havia, segundo ele, também políticos honestos e incorruptíveis, que foram perdendo terreno para os adutores. Aqueles últimos ao ganharem terreno sobre os demais expandiam os espaços por onde fluíam os acertos, crescentemente, pessoais. Estendia-se, assim, no tempo a forma de governar bragantista que se fundava num tipo de encaminhamento político anulador das ações voltadas para os interesses nacionais e/ou coletivos.

A corrupção política e moral que floresceu no segundo reinado seria a matriz da corrupção dos cofres públicos que se instaurou a partir da república. E por quê? Aquela primeira impregnou nos homens e nas instituições vícios que abririam todas as portas para práticas corruptoras de diversas naturezas. Ou seja, a exacerbação dos interesses privados e do servilismo político é a fonte principal das corrupções materiais que passam a assolar o Estado brasileiro a partir de 1889.

Isso não queria dizer que as corrupções não existiam no império. No primeiro reinado ela havia chegado, também, a níveis inadmissíveis mesmo para a Coroa que se obstinava, a partir da era Pedro II, em dar credibilidade às finanças públicas. Daí a sua imagem de honestidade. Bomfim, no entanto, citava alguns casos famosos de corrupção no século XIX. José Clemente, Bernardo Vasconcelos e Carneiro Leão, por exemplo, não hesitavam em aumentar as próprias finanças às custas do Estado.

Sobre D. Pedro II ele afirmava: “[...] honesto, ele aceitou a corrupção política, cultivou-a, estimulou-a, explorou-a, em proveito do seu poder pessoal; honesto, ele presidiu aqueles decênios da vida pública, para os dias de desmoralização definitiva em que tudo acabou” (BOMFIM, 1931: 274). Em termos gerais, havia uma suposta atuação contra venalidades e prevaricações das finanças públicas, mas não contra as corrupções políticas e morais que tomavam fôlego naquele momento.

Era preciso perguntar o seguinte: como era possível combater a corrupção material e não a degradação política? Ser bom e conviver com o cativo? Ser amante das letras e não se empenhar em reduzir o analfabetismo da maioria da população? Para Bomfim, só havia

uma explicação: a não-identificação do imperador com o país e suas necessidades. Ele representava os interesses bragantistas; daí o seu descaso com o futuro da nação de modo geral. O monarca empenhava-se para se viabilizar no poder e o fazia por meio da indiferença com a política degradante posta em prática pelos marqueses e seus aliados.

A convivência, ao mesmo tempo, do absolutismo e do poder pessoal fornecia todos os ingredientes para a degradação política e moral que se sedimentava nos homens e nas instituições. Bomfim retratava os embates políticos do segundo reinado trazendo à tona a tão deficiente resistência de quase todos os políticos daquele momento ao absolutismo e ao poder pessoal. Ele não deixava de ressaltar, no entanto, o importante papel de alguns conservadores e liberais no processo de defesa das liberdades públicas e na condenação do poder pessoal. José de Alencar e Tavares Bastos eram mencionados como exemplos.

A aquisição de capacidade democrática e, portanto, de liberdade política dependia tanto de um processo de descentralização político-administrativa, que possibilitasse uma autonomia da vida municipal voltada para a criação de serviços públicos educacionais valorizadores dos interesses coletivos, quanto do desenvolvimento de atividades urbano-industriais. As liberdades locais só poderiam ser edificadas com o avanço da urbanização, já que a vida política não poderia ganhar contornos democráticos se as atividades econômicas continuassem sendo majoritariamente agrícolas.

O modelo de centralização extremo em vigor no século XIX acabava por endossar, no âmbito político, o não-empenho das principais forças sociais em desenvolver as cidades e a urbanização de modo geral. O padrão de domínio assentava-se nas atividades rurais, nos interesses privados que eram potencializados pelo peso político do mundo agrário. Somente o fortalecimento de uma vida local urbanizada é que livraria o país da incapacidade política transformadora.

Manoel Bomfim ressaltava que não só o império, mas também a república não investiram na criação de uma vida local voltada para as atividades urbanas. A anulação dos municípios, no que diz respeito às suas potencialidades políticas e urbanizadoras, teria sido a

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim  
Maria José de Rezende

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim  
Maria José de Rezende

responsável pela servidão política que se cristalizou no país. Ele ressaltava que o mandonismo político assentado na forma de domínio rural teria adentrado a república e impossibilitado a superação do arcaísmo político; o qual impediu – em vista de uma indisponibilidade dos setores preponderantes – a organização de ações voltadas para a preparação e a valorização da população em geral.

Valorizar a população significava, antes de tudo, a criação de condições para que ela fosse instruída, digna, criativa e capaz de realizações no campo do conhecimento e no campo do trabalho técnico-industrial, principalmente. A ignorância era, por fim, o grande problema a ser enfrentado pelos dirigentes. Em primeiro lugar, estes últimos precisavam fazer um *grande esforço para vencer as suas tradicionais incapacidades democráticas fundadoras de uma ignorância pública arraigada há séculos em suas mentalidades e em suas ações*. Em segundo, instituir uma formação escolar que não estivesse reduzida à “leitura elementar, às quatro operações e à doutrina cristã” (BOMFIM, 1931: 301).

O desenvolvimento mental, econômico e social da nação não tinha sido valorizado pela política instituída no império e na república. O atraso e o não-progresso foram, assim, “cuidadosa e sistematicamente cultivados, para garantia eficaz do despotismo baço, subjacente ao liberalismo pessoal, contraproducente e hostil à formação democrática e à educação da nação. Todo incentivo ao pensamento não passava de repetida mentira, para a perpetuação da ignorância, reduzida a massa da população a hordas ignaras [...]” (BOMFIM, 1931: 303).

## **2. A suplantação do arcaísmo através do conhecimento dos aspectos sociais, políticos e culturais formadores do país**

Manoel Bomfim assinalava que a ausência de um pensamento propriamente nacional impediu o florescimento de mudanças políticas substanciais que suplantassem, durante o século XIX, a tradição arcaica orientadora da vida social brasileira. Segundo ele, “o passado

não nos dera, nem a educação social e política precisa para termos democracia de verdade, nem os meios de formação mental, donde pudesse resultar, desde logo, um pensamento próprio afirmativo” (BOMFIM, 1931b: 8).

A colonização teria impedido o desenvolvimento de qualquer forma de pensamento não-reafirmador da superioridade branca européia. A política lusitana estava voltada para não possibilitar que desabrochasse a alma nacional, segundo Bomfim. Deve-se perguntar, no entanto, que significado ele dava, em seus escritos, a esta última. Ela precederia o conhecimento sistematizado sobre quem e o que era o povo brasileiro. Era possível falar em alma nacional antes de existir a nação? Haveria, para ele, alguns elementos aglutinadores que formavam um dado espírito nacional?

Segundo Bomfim, a alma nacional tinha sido anulada pela colonização; no entanto, ela ganhou expressividade política e cultural a partir da formação da nacionalidade que ganha seus contornos mais nítidos desde o século XVIII.<sup>15</sup> Ele supunha que existia um espírito brasileiro que antecedeu a criação da nação e que se materializava no desejo, na vontade, na intenção e na aspiração de constituir uma sociedade distinta daquela que estava sendo encaminhada pelo processo de colonização. Todos esses sentimentos vieram à tona, por exemplo, no século XIX, com os escritos poéticos que enfatizavam a necessidade de o país ser repensado nos seus aspectos políticos e sociais.

As angústias quanto ao devir do país passavam a ser expressas pelas poesias que tentavam enaltecer a possibilidade de mudança social e política que parecia definitivamente perdida. Os desencantos com os rumos da nação transpareciam nos escritos de Gonçalves Dias (1823-1864), Álvares de Azevedo (1831-1852), Casimiro de Abreu (1839-1860), José de Alencar e Castro Alves (1847-1871). Segundo Bomfim, eles resgatavam os elementos formadores do espírito nacional e publicizavam descontentamentos e desejos de mudanças capazes de evidenciar que o aviltamento da política não teria anulado o país inteiramente.

“Na formação de um povo, a última expressão é a do pensamento, cuja primeira manifestação é a poesia. Toda nacionalidade a afirmar-se procura definir-se em cantos poéticos”

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

---

<sup>15</sup> Sobre a formação da nacionalidade brasileira, ver ANDRADE; FERNANDES; CAVALCANTI (2000).

(BOMFIM, 1931b: 11). O conteúdo desses escritos ofereceu, segundo ele, bases renovadas para a política nacional na medida em que eles problematizavam de modo crítico e contestador a questão social. Refutavam, assim, uma perspectiva de nação fundada puramente em grandezas materiais que desvalorizam o homem, o conhecimento, a arte, a literatura, etc.

A produção literária de meados do século XIX demonstrava que a ação política dos dirigentes, fundada no enriquecimento material de alguns indivíduos, não tinha anulado inteiramente a possibilidade de surgir homens capazes de refletir as angústias de um país que parecia condenado a não resolver as questões atinentes aos interesses coletivos. A mediocridade assolava as esferas de decisões executivas e parlamentares, mas não atingia a literatura. Esta expressava um espírito nacional voltado para a solução dos dilemas sociais que ganhavam, assim, uma abordagem renovada. Ganhavam ênfase, assim, as convicções de que os problemas do país seriam resolvidos, caso houvesse empenho dos setores preponderantes.

Para Manoel Bomfim, a nacionalidade brasileira se explicitava não pela política, mas sim pelos escritos poéticos, cujos conteúdos revelavam tanto as incertezas quanto as esperanças de constituição de um país fundado em bases distintas daquelas em vigor. “Daí a necessidade de acentuar o valor ou o papel social, nacional e político dos grandes poetas brasileiros” (BOMFIM, 1931b: 12).

À medida que os poetas tentavam resgatar os elementos formadores das singularidades do modo de ser dos brasileiros, eles tocavam no problema da nacionalidade. Lançar mão da idéia de afeto primitivo, de espírito puro e de ternura do índio e do negro, por exemplo, era uma forma escolhida pelos literatos para dizer que o povo guardava em seu âmago essencialidades que não seriam extirpadas pelo modo de condução da vida política. Segundo Manoel Bomfim, esta última tentava anular, no decorrer do século XIX, a alma nacional, enquanto que a poesia buscava colocá-la em evidência, objetivando, a partir daí, encontrar formas de redimensionar a vida social como um todo.

Estava explícito nas obras literárias de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, José de Alencar e Castro Alves, que a poesia questionava a falta de interesse da política dirigente

em relação ao negro, ao índio, ao caboclo e aos mestiços emergiam propostas de formação de uma nação que os levasse em consideração. O pensamento social literário daquele momento constituiu-se uma força social expressiva e “redefinidora da vida social” (BOMFIM, 1931b: 79), à medida que renovava o espírito nacional fundado na busca do interesse coletivo.

E de que maneira, indagava Bomfim, o romantismo de Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Castro Alves e Álvares de Azevedo poderia ser considerado um movimento revolucionário? Deve-se imaginar um contexto em que “a política nacional, alimentada no tráfico, feita com a escravidão, [...] era extremamente vil” (BOMFIM, 1931b: 79). O surgimento, nessas condições, de um pensamento renovador das expectativas em relação ao devir era algo radicalmente contrário ao que estava sedimentado no país, pois projetava um futuro em que negros, índios e mestiços devessem ser incluídos no projeto nacional. Seu caráter era revolucionário na medida em que se voltava para a reelaboração “de idéias, sentimentos e ações” (BOMFIM, 1931b: 82).

Havia entre eles diferenças no que tange a uma relevância maior (Castro Alves, por exemplo) e/ou menor (Gonçalves Dias) das questões sociais e políticas. Mas de modo explícito e/ou implícito eles abordavam temas e problemas que chocavam com o mundo político em vigor. “Eles protestavam contra a ambiência mental. Contra a fórmula dos dirigentes” (BOMFIM, 1931b: 82).

Outro elemento definidor do caráter revolucionário de seus escritos era a exaltação nacionalista que eles faziam do país.

Aliás, no Brasil bragantista (e mesmo hoje), o nacionalista tinha que ser radical, revolucionário, pois o essencial, na realização da liberdade e da justiça, era conquistar, para as suas tradições, a esta pátria, enleada, dominada, sugada, corrompida, pela mercancia de além-mar” (BOMFIM, 1931b: 83).

As críticas elaboradas por esses poetas tinham um caráter revolucionário porque abalavam os valores sociais cristalizados numa prática fundada no desprezo pela vida daqueles que constituíam o grosso da população brasileira, ou seja, dos negros, dos índios e dos mestiços. Manoel Bomfim afirmava que não havia somente compaixão nos escritos de Castro Alves. Suas idéias abolicionistas

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim

Maria José de Rezende

---

<sup>17</sup> Em resenha à coletânea organizada por José Murilo de Carvalho intitulada *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Isabel Lustosa destaca que foi a partir da aprovação do Ato Adicional de 1834 que Vasconcelos começou a afastar-se dos antigos companheiros moderados, Diogo Antônio Feijó e Evaristo da Veiga e a elaborar os princípios que orientariam a ação do Partido do Regresso (LUSTOSA, 2001; CARVALHO, 2001).

Na década de 1860 a questão da abolição vem à tona com maior força na esfera política. Emergiam, então, entre os dirigentes, posturas que tangenciavam o problema da escravidão em vista de uma suposta necessidade de indagar se a abolição era algo que interessava ao país e/ou ao negro exclusivamente. “Silveira Martins afirmava: amo mais ao meu país que ao negro” (BOMFIM, 1931b: 126).

Como se posicionava o imperador diante do embate político pró e contra a abolição? Esta interessava ao país e/ou ao negro em sua visão? Manoel Bomfim considerava que Pedro II estava acima dos dirigentes e, portanto, a sua posição acerca da escravidão expressava inteiramente esta condição. O tráfico, por exemplo, durou até o momento em que o imperador foi pressionado pelas condições externas a findá-lo. As agitações republicanas favoráveis à abolição fizeram com que Pedro II tomasse para si a tarefa de emancipar os escravos. Sua posição emancipacionista e não-abolicionista passava, então, a nortear as suas ações políticas.

Manoel Bomfim argumentava que o imperador circunscrevia as suas ações tendo em vista a fixação de um caráter emancipacionista para a reforma. Se esta última se impunha como algo impreterivelmente necessário, Pedro II se empenhava para esvaziar qualquer traço de radicalidade política que o processo de mudança do trabalho escravo para o trabalho livre pudesse conter. Agindo desse modo, ele golpeava o movimento abolicionista (BOMFIM, 1931b: 135).

Tinha-se de um lado uma parte da nação exigindo tanto o fim da escravidão quanto o empenho para reverter as condições de miserabilidade e de falta de perspectiva da população cativa. De outro, estavam o imperador e os demais emancipacionistas lutando para esvaziar qualquer possibilidade de constituição de uma revolução abolicionista. Esta última somente se efetivaria a partir da constituição de forças sociais capazes de levar adiante uma modificação, de fato, das relações de trabalho. Ou seja, o escravo deveria ser preparado para o trabalho livre nas fábricas. A preparação política com a participação nos sindicatos viria em decorrência desse processo. Somente assim, segundo Bomfim, abririam caminhos rumo à reversão, em parte pelo menos, da tradição brasileira fundada na extrema exploração.

E como ocorreu o processo de eliminação da possibilidade de transformar o movimento abolicionista em algo que revolucionasse as condições sociais vigentes? Manoel Bomfim afirmava que o elemento político definidor de uma tradição centrada em ações bloqueadoras de toda e qualquer mudança social substantiva mantinha-se intacto no decorrer do século XIX. Ou seja, a partir do momento em que ganhava terreno o abolicionismo, o que faziam os condutores da política governamental que, até então, eram essencialmente antiabolição? “Meteram-se na cauda da revolução [...] a título de legalizá-la” (BOMFIM, 1931b: 138).

Os motivos sociais e políticos da abolição apontavam para a necessidade de ações extensivas durante décadas. No entanto, as ações dos setores dirigentes visavam dismantelar, e mesmo anular qualquer ação reivindicadora de mudanças para além dos marcos definidos na lei de libertação dos escravos. As atuações nesses termos iniciaram muito antes de 13 de maio de 1888. Ao ganhar corpo o movimento abolicionista na década de 1860, observava-se que alguns grupos “responsáveis pelos próprios males anteriores, vêm incluir-se entre os revolucionários. Esses dirigentes, já situados e senhores dos mecanismos governamentais, acabam assenhoreando-se das posições, escamoteando a revolução, deturpando-a no [...] programa, traindo-a nos intuitos reais” (BOMFIM, 1931b: 99).

Os setores preponderantes desfecharam inúmeros cerceamentos políticos às propostas abolicionistas. Eles atuavam objetivando anular qualquer caráter transformador das condições sociais e políticas em vigor. Não emergiam do interior da sociedade, porém, ações entre os políticos mais radicais e/ou entre os líderes dos movimentos que dessem vida a projetos e programas, de fato, transformadores. As conseqüências disso eram as mais nefastas possíveis não só para o movimento político abolicionista, mas também para a constituição da educação política da população de modo geral. Todas as ações dirigentes eram no sentido de desqualificar toda e qualquer investida dos demais setores sociais.

Manoel Bomfim estava convencido de que tanto a revolução abolicionista quanto a republicana malograram em razão da maneira como os dirigentes tomaram inteiramente as rédeas de tais movimentos. Traziam, assim, para o interior desses últimos as suas

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim

Maria José de Rezende



Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim

Maria José de Rezende

mentalidades obcecadas pela circunscrição das ações mudancistas no âmbito da própria ordem em vigor. Isso era feito por intermédio de um amplo processo de rechaçamento da arena política daqueles que defendiam mudanças voltadas para a supressão, ao menos em parte, da exclusão social e política. Eram louvados aqueles homens que faziam a mediação entre o velho e o novo e não os que desejavam, de fato, mudanças.

Essa argumentação de Bomfim assentava-se em sua convicção de que havia aspirações transformadoras fora do âmbito dos setores dirigentes. Essas energias revolucionárias poderiam ter sido potencializadas pelos movimentos abolicionista e republicano, mas não o foram, uma vez que todo processo acabou se perdendo em conchavos, negociações e moderações.

Assinale-se que as indagações de Manoel Bomfim acerca do abolicionismo objetivavam ressaltar que este movimento poderia ter tomado uma dimensão reestruturadora da sociedade brasileira. Isso não ocorreu à medida que ele foi enredado na lógica de ação política das classes dirigentes. Segundo ele, a abolição foi, sem dúvida, uma mudança social de grande envergadura na sociedade brasileira, mas ela falhou ao não ultrapassar o limite da libertação civil dos cativos.

O abolicionismo foi, segundo Bomfim, um movimento com uma dimensão que não se limitava, a princípio, à esfera política parlamentar. Todavia, alguns políticos que abraçaram essa causa empenharam-se em circunscrevê-la ao âmbito dos embates no legislativo. Joaquim Nabuco, por exemplo, afirmava que a escravidão não seria “suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais [...]. A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder, a causa da liberdade” (NABUCO, 1988: 40).

O político mais atuante na causa da abolição argumentava que o parlamento era uma espécie de âncora limitadora do próprio movimento. O controle da mudança que o fim da escravidão poderia trazer passava a ser, assim, o fundamento do abolicionismo. Escamoteavam-se, assim, os motivos sociais que ele trazia em seu

bojo. A eliminação da escravidão legal dava-se, então, num âmbito inteiramente desvinculado de quaisquer ações transformadoras da vida do negro liberto.

Manoel Bomfim afirmava que a abolição ter-se-ia constituído um movimento revolucionário, se ela tivesse ido além da questão legal. O que seria ir além? Para ele, o movimento abolicionista não poderia ter como fim último a libertação civil, ou seja, este deveria ser somente o primeiro passo. Era necessário prosseguir na organização do trabalho livre, na preparação técnica para inserir o negro nas atividades industriais, bem como nas associações políticas e sindicais defensoras de seus direitos.

#### **4 . As ações políticas dos dirigentes e o fracasso do movimento republicano**

A república, a independência e a abolição não conseguiram efetivar processos de reversão da marca indelével da organização social brasileira: a exclusão. À medida que não se efetivou – nem em 1822, nem em 1888 e nem em 1889 – um movimento de reordenamento da nação, baseado na inclusão política dos setores não-preponderantes, os propósitos no sentido de reversão das condições excludentes fracassaram em todos os aspectos.

A aspiração republicana que vinha tomando fôlego antes da própria independência representava um sentimento antilusitano voltado para a formação de uma nação não-submetida aos desmandos bragantinos. Mas quem seriam, segundo Manoel Bomfim, os portadores desses ideais antimonarquistas? Os dirigentes não o eram, uma vez que, de modo geral, labutavam para perpetuar a forma de domínio vigente. Ele insistia: “a aspiração de democracia republicana estava na massa da nação; mas valia, apenas como instinto” (BOMFIM, 1931b: 159).

Havia um desejo no povo brasileiro pela república que não foi transformado em ação e conquista política devido ao modo de atuação dos grupos dirigentes que labutaram para estilhaçar toda mentalidade, comportamento, sentimento e atitude que visassem redefinir a vida política brasileira. Aqueles que conduziam o país e/

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim

Maria José de Rezende

ou davam suporte para tal processo eram essencialmente anti-republicanos, o que ficou evidente desde 1808, quando foi implantado no país o Estado bragantino.

A análise das atuações dos dirigentes durante o século XIX revelava, segundo Manoel Bomfim, a sedimentação de ações políticas que se voltavam somente para a conservação do *status quo*. Os setores republicanos dessa classe dirigente não esclareciam para a população os motivos de suas proposições e, na medida em que eles não davam materialidade ao que denominavam mudanças políticas rumo à república, assistia-se ao esmaecimento da possibilidade de esta última se constituir um movimento revolucionário.

Durante o século XIX, especialmente a partir da independência, qual era a possibilidade de que fosse desencadeado um processo político de enfraquecimento das ações favoráveis à monarquia? Havia, argumentava Bomfim, dois caminhos. Um era o surgimento de um iluminado, do seio da população em geral, capaz de ações, de fato, inovadoras e capazes de conduzir o país rumo à mudança política radical. Isso, evidentemente, não ocorreu. O outro caminho, o que floresceu, foi aquele traçado pelos republicanos surgidos dentro da própria classe dirigente. Delineou-se, assim, um processo político com todos os vícios da mentalidade em vigor.

A propaganda política foi, então, sendo paulatinamente tomada pelo modo de operar a política desses setores preponderantes. Ao mesmo tempo em que o movimento ganhava a dimensão de mudança política, sem que a maioria da população tomasse parte, os setores dirigentes desenvolviam ações para dar uma tonalidade popular à república. Bomfim afirmava que o propagandista Aníbal Falcão, em cima da hora da proclamação, “andava a procurar José do Patrocínio para que a Câmara Municipal, instituição popular, desse o tom civil e popular à revolução” (BOMFIM, 1931b: 170).

Desde a gestação até a implementação e a sedimentação da república eram visíveis – pelas mentalidades, atitudes e comportamentos políticos de seus condutores, que se fixavam dentro da nova forma de organização do poder – os elementos que iriam, paulatinamente, destruir as suas possibilidades de constituição de mudanças substanciais.<sup>18</sup> Estas últimas só poderiam ocorrer se não tivesse havido o desvirtuamento do próprio movimento republicano.

---

<sup>18</sup> Gilberto Freyre, diferentemente de Manoel Bomfim, via este processo de interpenetração do velho e do novo, no caso da transição da monarquia para a república, como um dado positivo do processo social brasileiro. Para fazer uma comparação entre as suas posturas ver FREYRE (1962); REZENDE (2000).

A circunscrição da mudança política às condições vigentes era visível no modo de a república potencializar a persistente centralização do Estado vigente no Brasil. Assim como no império não teria havido, a partir de 1889, a vitalização da vida local como forma de criar atitudes e comportamentos que enfrentassem a mentalidade oligárquica prevalecente.<sup>19</sup>

*A revolução para a república tinha que ser [...] substituição de tudo – idéias, programas, homens e processos; renovação, com reforma bem profunda, e de que emergisse, finalmente, a alma do Brasil essencial – sentimentos e voz de um povo, que nasceu e se fez através da implacável e pérfida espoliação de todo o indispensável à consciência humana (BOMFIM, 193b: 174).*

As idéias positivistas em torno de um progresso uno e definitivo serviram de base para a sedimentação de um equívoco básico que se cristalizou no modo de os dirigentes conceberem os rumos e as possibilidades de mudanças sociais. Ou seja, passava a prevalecer a mentalidade de que havia uma linha única e definitiva na realização do progresso. Segundo Manoel Bomfim, essa concepção autoritária impregnou-se no modo de ação dos condutores da república, anulando toda e qualquer perspectiva que tomasse o progresso como algo em construção.

A doutrina positivista, “ajustada à insuficiência tradicional dos nossos dirigentes, que veio a ser o mais elevado ideal de nossa revolução republicana” (BOMFIM, 1931b: 184), representou, então, a potencialização do autoritarismo reinante no modo de operação das ações políticas dos dirigentes.

Assinale-se, no entanto, que a reflexão de Manoel Bomfim acerca do movimento republicano era, às vezes, ambígua. Veja, por exemplo, a sua posição segundo a qual a mudança política não foi minada pelos dois primeiros governantes: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A sustentação dessa sua tese levava-o a afirmar, por exemplo, que aquele segundo não tinha medido esforços para implementar a democracia no país. Isso conferia, ao autor de *América Latina: males de origem*, a condição de um revolucionário das ações e dos costumes.

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

---

<sup>19</sup> Diferentemente de Oliveira Vianna, Manoel Bomfim considerava que o poder central tinha sido no Brasil a fonte de todos os males políticos. Aquele primeiro, todavia, argumentava que o poder local, a autoridade nominal e o caudilhismo vigente no país, desde a colônia, eram os responsáveis pelas dificuldades políticas reinantes no país (OLIVEIRA VIANNA, 1987: 176).

Em seu entendimento, o comprometimento político do novo regime veio não dos dois primeiros presidentes após 1889, mas daqueles que os cercavam. A não-republicanização do país deveu-se, principalmente, ao fato de que, para a maioria dos condutores da proclamação, bastava a deposição do monarca por intermédio do ato de 15 de novembro.

Euclides da Cunha e Sílvio Romero, por exemplo, tinham uma posição completamente diferente a respeito do segundo presidente da república em suas análises sobre a conjuntura política do início da última década do século XIX. Aquele, no artigo *O marechal de ferro*, e este, em *Parlamentarismo e presidencialismo*, consideravam o governo ditatorial de Floriano Peixoto um desvirtuamento absoluto dos ideais republicanos.

Sílvio Romero perguntava:

*Que foi quase todo o governo do Sr. Deodoro, seus desatinos araripeanos nas finanças, sua política reacionária, seu golpe de Estado? Que outra coisa é essa gestão inqualificável, indefinível do Sr. Floriano Peixoto, reformando generais, ministros do Supremo Tribunal, demitindo, por desacordo político, funcionários vitalícios?* (ROMERO, 1979: 13).

Euclides da Cunha afirmava que os atos de Floriano Peixoto acabaram por efetivar um amplo processo ditatorial nos primeiros anos da república.

*Na nossa translação acelerada para o novo regime, ele (o segundo presidente após a proclamação) não foi uma resultante de forças, foi uma componente nova e inesperada que torceu por algum tempo os nossos destinos. [...] O seu valor absoluto e individual reflete na história a anomalia algébrica das quantidades negativas: cresceu, prodigiosamente, à medida que, prodigiosamente, diminuiu a energia nacional* (CUNHA, 1966: 107).

A análise de Manoel Bomfim ia, assim, na contramão das principais reflexões acerca do período em que Floriano Peixoto esteve à frente do governo. Para ele, este último adiou por três anos “a volta definitiva da política tradicional dos dirigentes” (BOMFIM, 1931:

192). E mesmo com todas as medidas incontestavelmente ditatoriais do Marechal de Ferro, Bomfim não o considerava um ditador.

Enquanto Sílvio Romero, por exemplo, procurava demonstrar em seus escritos que os dois primeiros condutores do novo regime tinham degradado os ideais republicanos, Manoel Bomfim afirmava que isso tinha de fato ocorrido, mas somente após Prudente de Moraes que inaugurara um longo período de ascensão das oligarquias.

A reafirmação da tradição oligárquica brasileira resultou no imediato casamento entre o federalismo e o feitorismo. O servilismo, nessas condições, se fixava na república recém-implantada de tal modo que “os chefes de Estado não (eram) outra coisa no poder que chefes de bando” (BOMFIM, 1931b: 276). A incapacidade política das classes dirigentes ganhou notoriedade a partir da política dos governadores. Não era possível ver nas ações dos condutores do poder, a partir daí, qualquer entendimento do que significava o bem público.

Todo presidente oriundo de tais maquinações políticas dos setores preponderantes não era outra coisa senão um “mandão, nulo sobre o bem da nação anulada, o chefe do Estado brasileiro é o faz tudo, tão onipotente como irresponsável, por sobre a horda de apaniguados, voluntariamente vergados, já impróprios a encarar o poder” (BOMFIM, 1931b: 277).

Mediante esse processo de cristalização do mandonismo e do servilismo, de que modo, então, seria possível subverter tais condições num processo de recriação do país com mudanças sociais redefinidoras da nação brasileira? Vide resposta de Manoel Bomfim a seguir.

## **5. Qual mudança social deveria ser produzida no país?**

A discussão de Manoel Bomfim sobre mudança social tendia a enfatizar que o progresso e a democracia dependiam inteiramente da ampliação da educação, pois somente esta é capaz de realizar “o treino de virtudes precisas, na realização da ação” e na “vivificação dos ideais” (BOMFIM, 1931: 317). Não era possível constituir uma

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim  
Maria José de Rezende

república democrática se a “massa da nação não a compreendia, para saber realizá-la” (BOMFIM, 1931b: 316).

Mas que tipo de educação careciam os brasileiros? Bomfim afirmava que essa deveria ser formadora de novos valores humanos, ou seja, sociais e morais. Somente dessa maneira poderia a nação alcançar um progresso distinto daquele defendido pelos positivistas que objetivavam engessar o futuro e as possibilidades da própria democracia.

A democracia e o progresso adviriam, para ele, da potencialização de uma consciência voltada para o rompimento com o passado social e político que condenou a nação brasileira ao não-desenvolvimento. Ele se dizia escandalizado com o prestígio que o passado tinha entre nós. Isto era inadmissível, porquanto não era possível caminhar no sentido da soberania, da nacionalidade e da modernização estando o país emperrado em tradições antimudanças que se cristalizaram desde a colonização e eram eternizadas pelos conservadores que atuavam no campo da política e das idéias.

A subversão de tais condições dar-se-ia com um progresso que significava a superação da economia agrícola – fonte de todas as mazelas sociais e políticas – a partir da implementação de um desenvolvimento industrial potencializador da tecnologia, da consciência do trabalhador e da recriação de uma nova ordem política. Esta última teria que ser capaz de conduzir o país rumo à democracia, num primeiro momento, e ao socialismo, num segundo.

Ela concluía, então, que a mudança social somente ocorreria com a “destruição do [...] passado, para integral substituição da classe dirigente, com a [...] total inclusão na grande massa dos que trabalham e produzem” (BOMFIM, 1931b: 335). Isso ocorreria a partir de quê, exatamente? Segundo ele, com a “substituição dos processos políticos nos quais deveriam surgir legítimos programas de formação social” (BOMFIM, 1931b: 335).

De modo semelhante à perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda desenvolvida em *Raízes do Brasil* (1987), de acordo com a qual “nunca houve democracia no Brasil, e de que necessitávamos de uma revolução vertical, que realmente implicasse a participação das camadas populares” (HOLANDA, 1976: 3), Bomfim argumentava que o país não tinha feito ainda uma revolução, pois esta significava

o surgimento de uma outra política capaz de subverter radicalmente a tradição governante cristalizada nos últimos quatro séculos.

E a mudança dos processos políticos e os programas de formação social seriam conduzidos por quais setores sociais? Manoel Bomfim afirmava que importava menos o lugar onde os indivíduos se situavam na estrutura social e mais as suas disponibilidades de pactuar com o novo. Isso significava, porém, capacidade de deixar a nação se manifestar e reivindicar. Aceitar lidar com as imprevisibilidades que brotam desses atos e ações era a prova de fogo pelas quais deveriam passar os indivíduos, independentemente de suas classes, que se propusessem a construir uma outra nação.

Aqueles que compreendessem que o norte da vida social era dado pelo movimento de transfiguração das condições em vigor eram, então, bem-vindos aos propósitos da mudança social. Esta somente se realizaria com uma ampla liberdade democrática que não sufocasse as possibilidades de reformas ordenadoras do progresso social.

Enfim, a mudança social significava caminhar no sentido de uma democracia integral, a qual era definida, por ele, como aquela que apontasse o caminho do socialismo. No entanto, a democracia parcial, ou seja, liberal, era tida, por ele, como a base do desenvolvimento daquela primeira, desde que conseguisse criar as condições para que as massas pudessem elevar “os olhos para além das urnas” (BOMFIM, 1931b: 215). A evolução social dar-se-ia, nesse caso, por meio de um processo de superação do próprio progresso político liberal.

Assinale-se, no entanto, que Manoel Bomfim ora considerava cabível pensar em uma mudança social pautada num longo processo de formação política e educacional da população brasileira, ora assinalava que não era mais possível esperar que as modificações se dessem lentamente, uma vez que desde o império se assistia a uma recusa dos dirigentes em implementar medidas (investimento na educação das massas, combate à forma de domínio personalista, criação de uma formação profissionalizante e técnica da população despreparada, desenvolvimento industrial, etc.) potencializadoras de uma ordem democrática.

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim

Maria José de Rezende



Nesse segundo caso, qual seria a saída, então? Ele afirmava: “Fazia-se necessário arriscar no espontâneo das energias sociais. Ter-se-á o caos, mas daí poderá brotar um novo tempo” (BOMFIM, 1931b: 340). Revela-se aqui uma descrença na possibilidade de o país se tornar uma nação democrática como pré-condição para o socialismo, pois os dirigentes teriam procedido, a partir da independência e em seguida da república, à anulação de toda e qualquer prática que evoluísse naquele sentido.

A noção de evolução alinhavava fortemente a sua concepção de mudança, fosse ela lenta ou abrupta. Ele dizia: “a explosão revolucionária vale como depuração súbita, idêntica à mutação de formas, patente e necessária, na marcha social e na evolução biológica” (BOMFIM, 1931b: 342). Assim a possibilidade de um levante revolucionário era situada inteiramente na explicação evolucionista da espécie humana.

Em seu argumento:

*[...] toda evolução humana consiste, justamente, na ascensão dessa realidade instintiva para a plena moralidade e a justiça. Ora, nesse fim, a explosão revolucionária vale como depuração súbita, idêntica à mutação de formas, patente e necessária, na marcha social e na evolução biológica. Então, verifica-se, em toda luz – que o homem se torna fator decisivo do caso: a experiência acumulada na espécie é condensação de energias psíquicas, que a descarga revolução transforma, imediatamente, em ação reformadora<sup>20</sup> (BOMFIM, 1931b: 342).*

Em alguns momentos de suas discussões, Manoel Bomfim duvidava da capacidade da democracia em construir uma sociedade mais igualitária social e politicamente. Ele indagava se não era cabível ao país partir diretamente para uma revolução socialista. No final do livro *O Brasil nação*, ele parecia crente nessa possibilidade, visto que os dirigentes eram débeis e o capitalismo incipiente. Mas isso não soava em seus escritos como uma convicção definitiva. E ele a abandonou na medida em que tentava explicitar a sua própria concepção de revolução.

---

<sup>20</sup> Bomfim filiava-se à perspectiva evolucionista darwiniana. Nesta passagem, ficava evidente que ele não comungava com as idéias do evolucionismo sociológico clássico que adotava “a embriologia como modelo e representava o crescimento da sociedade como o de um organismo” (COLLINS, 1988: 13). Ele antecipava algumas teses do neo-evolucionismo que floresceram após a década de 50 e que estavam fundadas na “teoria darwiniana da evolução das espécies através da variação e seleção natural daquelas formas bem adaptadas aos seus ambientes” (COLLINS, 1988: 13). Ver também SZTOMPKA (1998).

E qual era, então, sua concepção de revolução?<sup>21</sup> Ela também dar-se-ia por etapas, ou seja, primeiro era preciso afastar do poder os dirigentes e os seus métodos de governar. Isso ocorreria não com uma organização revolucionária nos moldes apregoados na Europa, uma vez que não havia aqui uma classe proletária capaz de conduzir tal processo. Num segundo momento, a revolução teria que ser ajustada à situação histórica e geográfica prevalente. Não era possível, portanto, simplesmente seguir o jargão da III Internacional. Era preciso elaborar um programa próprio que levasse em conta as especificidades brasileiras.

Mas quem seriam os agentes dessa mudança revolucionária? Seriam todos os grupos sociais portadores de ações contestatórias e não somente os proletários. A consciência transformadora emergiria daquelas duas etapas mencionadas no parágrafo anterior. Isso ocorreria desde que houvesse, no interior desse processo, algumas pessoas com convicções substancialmente voltadas para a transformação da vida social. Ficava evidente que, para Manoel Bomfim, os intelectuais capazes de dar passos nesse sentido renovador teriam papéis fundamentais na implementação de um projeto revolucionário. Em seu caso específico, ele se definia como um pensador inteiramente voltado para a efetivação de ações que refizessem a vida nacional.

Enfim, em um *posfácio* publicado em *O Brasil nação* ele operava com uma noção de revolução em longo prazo e centrada no processo de preparação educacional e política das massas que fosse capaz de revelar as energias sociais renovadoras da população. Isso significava que a sua concepção de mudança social centrada na criação de uma sociedade democrática e antecessora do socialismo foi grandemente enfatizada ao longo de sua obra. Às vezes, eram visíveis sinais de descrença nessa possibilidade, mas num cômputo geral eles não prevaleceram. ■

**Abstract:** The actions of the main governing social forces present in the political scene from the middle of the nineteenth century were systematized by Manoel Bomfim in his main works. He believed that the detailed mapping of the performance of the governing sectors showed the leaders' obstinacy in not implementing substantial changing processes not only in the nineteenth century, but also from 1889 on. He

Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: A interpretação de Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

---

<sup>21</sup> Segundo ele, havia uma confusão na utilização do termo revolução. O movimento de 1930 era concebido como uma revolução de forma errônea, pois ele não era sob quaisquer aspectos renovador. "A agitação política atual, por mais profunda que pareça, não realiza nenhuma das condições de uma legítima revolução renovadora, pois não traz substituição de gentes, nem de programas, nem de processos" (BOMFIM, 1931b: 362).

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim  
Maria José de Rezende

declared that, in its essence, this way of governing – which established itself from the independence process on – became stronger in Pedro II's period of government. From the middle of the nineteenth century on, there was the establishment of a conservative tradition which started during the republican period.

**Uniterms:** Brazilian politics, conservative tradition, action, social change, monarchy, republic.

## Bibliografia

AGUIAR, Ronaldo C. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALVES FILHO, Aloísio. *Pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ANDRADE, Manoel C.; FERNANDES, E. M.; CAVALCANTI, S. M. (Org.). *Formação histórica da nacionalidade brasileira: 1701-1824*. Recife: Massangana, 2000.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira I*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na história. Deturpações da tradição. Degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931a.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira II*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931b.

\_\_\_\_\_. *A América Latina: males de origem*. 4.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, 4 (8), 1990, p.4-18.

CARVALHO, José M. de (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: 34 Letras, 2001.

COLLINS, Randhal. *Theoretical Sociology*. San Diego: Hartcourt Brace Jovanovich, 1988.

CUNHA, Euclides da. *O marechal de ferro. Obra completa I*. São Paulo: Aguilar, 1966.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 8.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 19.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

\_\_\_\_\_. A democracia é difícil. *Veja*, São Paulo, n.386, p. 3-6, 28/01/76. Entrevista.

LUSTOSA, Isabel. Nosso primeiro político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 5, 14/06/01. Jornal de Resenhas.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

NUNES, Maria Teresa. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

REZENDE, Maria José de. Mudança social no Brasil: a construção de um ideário conservador. *Tempo Social*, São Paulo, 10(2), 1998, p.159-189.

\_\_\_\_\_. A obra "Ordem e progresso" e a mudança social no Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 16 (2), 2000, p.331-359.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. 4.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

ROMERO, Silvio. *Parlamentarismo e presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 1979.

SOUTO MAIOR, A. A revolução de 1817. In: ANDRADE, M. C.; FERNANDES, E. M.; CAVALCANTI, S. M. (Org.). *Formação histórica da nacionalidade brasileira: Brasil 1701-1824*. Recife: Massangana, 2000.

SZTOMPKA, Piotr. Evolucionismo clássico e neo-evolucionismo. In: \_\_\_\_\_. *A Sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAVARES BASTOS, A. C. *A província*. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

VIANNA, Luiz Werneck. Americanista e iberistas: a polêmica entre Oliveira Vianna e Tavares Bastos. In: \_\_\_\_\_. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Os (des)caminhos da  
mudança social no Brasil:  
A interpretação de Manoel  
Bomfim  
Maria José de Rezende